

CARANGUEJO TABAIARES, UM MOVIMENTO SOCIAL PELO DIREITO DE EXISTIR.

Vanessa Coutinho Mariano¹

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de gerar uma discussão sobre a questão social existente nas lutas territoriais, suas legalizações e reflexões dos movimentos sociais com base no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, mensurando a dimensão complexa que envolve a desigualdade social, vistas na prática através da oralidade do povo da comunidade e na problematização territorial que envolve o movimento social Caranguejo Tabaiares Resiste. Evento ocorrido em dezembro de 2019, que abre a discussão sobre a manutenção da historicidade e identificação territorial desta comunidade que é uma das mais antigas comunidades periféricas de Recife, oriunda da junção de duas outras comunidades, constituídas em uma área de mangue, que marca uma existência no cenário urbano recifense desde 1910. Uma comunidade que cresceu em meio à desigualdade social, por sobreviver e persistir no bairro da Ilha do Retiro, considerado como um dos pólos médios pernambucanos. Sobrevivência contraditória e incógnita, sob os olhos de uma sociedade que em seu torno cresce em prédios luxuosos, ocultando um progresso separatista que inviabiliza o acesso urbano e social para todos, desta forma grandes empresas do ramo automobilístico, e outras instituições privadas seguem construindo um cenário antagônico de prosperidade x desigualdade social. A pauta de lutas sociais é constante pela permanência dos moradores na localidade, por melhores condições de moradia, regularização territorial e inserção nos espaços culturais e de mobilidade urbana de extrema importância na cidade. A questão do déficit ao acesso à saúde pública e a ausência da intervenção do poder público, geram questões discutidas até hoje, sobre o descaso social vivenciado em comunidades periféricas. Identificando a precariedade habitacional, o descaso quanto à necessidade da inclusão do saneamento básico, e a ausência da aplicabilidade de políticas públicas e sociais para comunidades carentes e/ou ribeirinhas, fazem de Recife uma cidade contraditoriamente social.

Palavras-Chave: Trabalho Social em Comunidade. Movimentos Sociais. Questão Territorial. Comunidade Caranguejo Tabaiares. Políticas Públicas e Sociais.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo vem enfatizar a luta pela legalização territorial existente na comunidade Caranguejo Tabaiares desde 1910, que através dos relatos feitos pela oralidade dos moradores, de pesquisa documental e bibliográfica, percebemos diversas questões que compõe as reflexões da questão social, onde a questão territorial, a ausência de saneamento básico, a precariedade no atendimento de saúde, problemas socioeconômicos, de empregabilidade e a discriminação em torno da existência da comunidade, são os mais importantes e que atravessam os anos até os dias atuais sem solução.

Uma das formas de identificação dos problemas sociais existentes nesta comunidade, é a ausência total de políticas públicas, sociais, habitacionais, de saúde, saneamento básico e mobilidade urbana. Aqui compreenda-se a questão da mobilidade urbana pela precariedade de acesso seguro às vias principais que favoreçam ao transporte público e ao deslocamento às unidades de pronto atendimento (UPAs).

O principal objetivo da retirada da comunidade de onde ela se localiza é a construção de um viaduto idealizado desde a gestão do Prefeito Geraldo Júlio, que favorece aos que possuem locomoção própria, inviabilizando aos que precisam do transporte público e utilizam-se também do deslocamento a pé.

¹ Bacharela em Psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco (2005). Graduanda no curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas ESUDA. Pós-graduanda em Trabalho Social com Família e Comunidade pela Faculdade CNI.

Uma das formas de mediar soluções emergenciais para a sobrevivência da comunidade principalmente no período pandêmico é continuar com as parcerias adotadas pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs) que possibilitam o paliativo social de algumas o envio de marmitas com alimentos diários, água mineral e material de higiene e limpeza para algumas famílias.

Da mesma forma como objeto de protesto e denúncia são os movimentos sociais realizados pela comunidade na mídia. Movimentos como “Caranguejo Tabaiães, Resiste!”, ocorrido em dezembro de 2019, possibilitou a veiculação da luta da comunidade nas redes sociais e nas mídias televisivas e jornalísticas. Onde muitos líderes comunitários estiveram presentes e viabilizaram diálogos acerca da questão da pobreza e invisibilidade populacional.

Assim como outras iniciativas sociais que proporcionam acesso à educação e ao ensino profissionalizante, através de oficinas e cursos para adolescentes e adultos, doação de livros para a biblioteca comunitária entre outras atividades, partem de entidades que apoiam os movimentos sociais, como o Centro Josué de Castro de Estudos e Pesquisa, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Ong Adolescer, entre outras que juntas tornam a luta possível.

Outras iniciativas sociais acontecem na comunidade que geram inclusão social e intelectual através da Biblioteca comunitária, Grupo de Idosos, Clube das Mães, Centro Público Caranguejo Tabaiães, Grupo de Capoeira e o Grupo de Jovens, conhecido como Força Jovem. Todos esses movimentos são de resistência e de luta para acesso à educação complementar de qualidade através das parcerias e para atenuar a indiferença social existente no Estado de Pernambuco.

Além de toda a luta social existente por garantia de acesso a saúde pública, segurança, trabalho e renda, existe a questão maior que atravessa anos, que é a questão territorial, referente a legalização da terra, onde a luta judicial da comunidade contra a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) é mantida.

Uma comunidade que sobrevive diariamente com a quebra de direitos sociais, civis, habitacionais, saneamento básico e com a ausência total de políticas públicas e sociais que viabilizem a melhoria de vida dos moradores/as.

De fato, o movimento social “Caranguejo Tabaiães, Resiste!”, é um movimento pelo direito de existir com garantia já disposta na Lei conforme o artigo 6º da Constituição Federal de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, onde lutam pela efetivação da Lei 13.105/15 de Usucapião.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA E SUA HISTORICIDADE

A comunidade hoje conhecida como Caranguejo Tabaiães, tem a sua localização entre os bairros da Ilha do Retiro e Afogados, com um hectare considerável de aproximadamente 7,4 de dimensão, às margens do Rio Capibaribe, portanto numa área de mangue.

Historicamente a comunidade teve sua primeira formação em 1910, onde surgiram suas primeiras ocupações na área de mangue com a chegada dos primeiros moradores/as, e na década de 70 houve a ampliação da área, abrindo espaço para a luta pela posse da terra, contando com o apoio da Igreja Católica, através da paróquia de Nossa Senhora dos Remédios.

Conforme a Gonçalves (2011), a pobreza é vista a partir das necessidades básicas, e não somente em função dos elementos de renda. As primeiras ações desenvolvidas na comunidade, contam com a implantação do Projeto de Desenvolvimento Econômico Local Integrado e Sustentável (DELIS), cujo objetivo é contribuir com a busca de alternativas para promover o desenvolvimento dessa área.

A comunidade é integrante da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), onde reunia duas pequenas áreas pobres vizinhas: Caranguejo e Tabaiães, que sempre possuíam características

semelhantes em vários aspectos componentes da sua infraestrutura. Atualmente as comunidades foram unidas, tornando-se uma só. Estão separadas apenas pelo canal do ABC, mas, unidas pela realidade socioeconômica, desigualdade social e pelo processo de organização e luta.

O que resultou na concepção de uma Comunidade de Urbanização e Legalização, conhecida como COMUL, que é responsável pela elaboração e gestão de planos urbanísticos nas favelas, hoje compreendidas pela expressão comunidade. Esta comissão está inserida no trabalho desenvolvido pelo Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS). Este plano foi constituído na cidade do Recife em Pernambuco, no ano de 1987, conforme o *site* Cronologia do Pensamento Urbanístico.

O processo de aproximação das pessoas da zona rural para a zona urbana se intensifica por volta de 1920, como resultado da expulsão dos trabalhadores da zona rural e proporcionando o aumento da população urbana. Apesar das diferentes histórias de vida, os motivos que levaram as famílias ocuparem a área é o mesmo, sejam eles, provenientes da expulsão da zona da mata ou a expectativa de melhores condições de vida nas cidades.

O nome da Comunidade Caranguejo Tabaiães é a junção de duas comunidades, sendo uma com o nome de Caranguejo, que é inspirado nas características geográficas do terreno, por ser uma área de mangue e por causa da quantidade de crustáceo contidos nos manguezais e adentravam nas casas em dias de chuvas fortes. Já a outra parte, chamada Tabaiães, aconteceu mais tarde na década de 70, quando o ambiente era favorável a processos de ocupação e luta pela posse da terra. A localidade foi homenageada dando nome ao time de futebol que ganhou fama na cidade.

Essa área foi fortemente apoiada pela Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios. A ocupação ocorreu de forma organizada e sem conflito, começando por um sítio, onde hoje se localiza a sede do SEBRAE e o campo Tabaiães Futebol Clube, do qual se origina o nome da comunidade.

Atualmente está unificada em uma só comunidade, onde sua região recebeu melhorias ao seu redor, onde nas imediações da Ilha do Retiro temos a sede do Sport Clube do Recife, mais adiante temos a Faculdade de Administração e Engenharia de Pernambuco (FCAP), e em seguida temos a sede do SEBRAE que foi mantida e ainda funciona no local, viabilizando conhecimento empresarial para a localidade e regiões adjacentes.

Com base na reportagem do Diário de Pernambuco (2019), O processo de urbanização e expansão da malha viária do Recife continua sendo feito aos moldes das décadas de 1980 e 1990, desacompanhados de políticas habitacionais sustentáveis e de longo prazo para as populações mais vulneráveis. O mesmo impacto social e urbanístico é sentido pelos moradores/as da comunidade Caranguejo Tabaiães, localizada na Ilha do Retiro, Zona Oeste do Recife.

Em 24 de julho de 2019, o Decreto Municipal nº 32.680 autorizou a desapropriação, por utilidade pública, de 70 famílias que moram nas margens do Canal do Prado. Segundo a PCR, a remoção das pessoas é necessária para viabilizar um projeto de revitalização do Canal do Prado, que já é revestido. Uma parte desta população é oriunda da comunidade Caranguejo Tabaiães.

A comunidade Caranguejo Tabaiães, como já mencionado, possui uma área de aproximadamente 7,4 hectares, segundo levantamento da Diagonal Urbana (2004), onde viviam há três anos cerca de 3.345 habitantes. As informações coletadas nos diagnósticos socioeconômicos realizados em 1996 e em 2004, pela ONG ETAPAS, que possui parceria com o SEBRAE/PE, confirmam a precariedade das condições sanitárias e de habitação da comunidade.

O maior receio dos moradores/as e com isso seu instrumento de luta e resistência é de que, com as remoções, as famílias sejam retiradas de suas casas sem nenhuma garantia de viver em habitacionais dentro da área onde já possuem uma vida orgânica.

Os moradores/as denunciam também que a indenização proposta pela PCR é irrisória e consiste apenas na desapropriação da localidade para a construção de um viaduto que favoreça a **malha viária**² da classe mais favorecida, onde os moradores/as que precisam locomover-se a pé, e utilizar-se do comércio ambulante para garantia da renda familiar, não teriam as mesmas condições, sem falar na inviabilidade do acesso a utilização de transporte pública objetivando a distância e a falta de segurança da via pública, ao acesso às UPAs, até a comunidade.

3. MOVIMENTO SOCIAL: CARANGUEJO TABAIARES, RESISTE!

A Associação Comunitária Caranguejo Tabaiares Resiste protocolou uma notificação extrajudicial junto à Prefeitura na tentativa de suspender legalmente as remoções, já que em junho de 2019, foi feito pedido oficial de regularização fundiária do terreno e o processo ainda não foi concluído. O pedido em si impede qualquer remoção na área, conforme a Lei Federal nº 13.465/2017, que trata sobre a regularização fundiária rural e urbana.

A discussão sobre a luta pelo assentamento encontra-se nas mídias e redes sociais, mostrando a constante resistência da comunidade Caranguejo Tabaiares, em manter seu espaço, viabilizando uma luta entre a massa em vulnerabilidade diante do descaso do poder público. A luta consiste em desapropriar a terra ocupada pela comunidade para dar acesso ao avanço urbano e melhorias sociais, voltado para algumas classes mais favorecidas, excluindo outras mais carentes.

Além da construção do viaduto, existe um projeto de revitalização do Canal do Prado que consiste na construção de vias marginais ao curso d'água, no trecho entre a Estrada dos Remédios até a foz na Ilha do Zeca, onde existe a Vila Canal. Junto a esta revitalização do Canal do Prado a Secretaria de Habitação do Recife apresentou aos moradores da comunidade Caranguejo Tabaiares outro projeto, o “Parceria na Sua Casa”, que faz parte do Programa Chegando Junto, e terá como área piloto a comunidade.

A ideia é oferecer apoio técnico e financeiro, para pequenas reformas de até R\$ 5 mil, a 50 famílias da comunidade Caranguejo Tabaiares para a realização de serviços, como reparos nos telhados, banheiro, cozinha, reboco e piso das casas. A execução das reformas deve ser feita pelos próprios moradores.

O projeto torna-se inviável porque o número de famílias é superior ao reservado pelo planejamento, além disso são 914 domicílios, distribuídos entre 29 palafitas, 98 casas de alvenarias, 67 casas de madeira e mistos, com média de 3 cômodos, e um total de 3.345 habitantes registrados apenas em 2019.

O enfrentamento vivenciado pela comunidade Caranguejo Tabaiares, localizada entre os bairros da Ilha do Retiro e Afogados, está localizado na região político administrativa 4 e 5 do Recife, com hectares às margens do Rio Capibaribe.

Uma das empresas parceiras de trabalho social é a Diagonal Urbana, que atua na comunidade Caranguejo Tabaiares com o diagnóstico socioeconômico, com a elaboração de Planos e Projetos de Habitação de Interesse Social (HIS) para ZEIS Ilha de Deus no Município de Recife.

A Outra é a Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS) é uma ONG que tem o objetivo de promover a inclusão social, a garantia de direitos e a efetivação das políticas públicas,

² É o conjunto das vias de transição, constituindo o principal suporte físico à mobilidade urbana; sua principal função é desempenhar a melhoria da mobilidade urbana, considerando os aspectos da infraestrutura, do uso e ocupação do solo, dos modais de transporte e do tráfego veicular. (www.pe.gov.br)

priorizando direito à cidade, juventudes e criança e adolescente, na perspectiva de uma sociedade justa, democrática e participativa.

Atualmente estes projetos viabilizam vínculos solidários que atingem 1000 crianças e suas famílias sendo um dos principais projetos destas instituições no território. Além destes parceiros de trabalho social que promovem a inclusão social e cultural.

A Biblioteca Comunitária Caranguejo Tabaiães surgiu na Comunidade de mesmo nome, na periferia do Recife, visando além de disponibilizar um grande acervo de livros de forma gratuita para os moradores, desenvolver atividades de leitura e contação de histórias para incentivar os visitantes, especialmente jovens e crianças, a desenvolver o gosto pela leitura e a partir destas ações, construir uma comunidade de novos cidadãos e leitores.

A Biblioteca é comandada por jovens que acreditam na educação como fonte de conhecimento social e em 2019 encontrava-se captando recursos para finalização da nova sede, a ser compartilhada com o Clube dos Idosos, numa área maior, visando triplicar o número de atendimentos à comunidade.

Porém, enquanto os meios solutivos legais não acontecem, a desapropriação acontece em passos lentos, com o passar dos anos algumas famílias passaram a sair da comunidade e cerca de 27 receberam o auxílio moradia, conforme relatos da líder da comunidade Sarah Marques em 2019.

As casas que foram abandonadas, já estão sendo ocupadas por outras famílias, enquanto outros saem e outros chegam. Onde a manutenção da pobreza e vulnerabilidade social é mantida. Cerca de 34 famílias em 2019 migraram para o Casarão do Barbalho, na Iputinga, nas proximidades da sede do Grupo de Operações Especiais da Polícia Civil (GOE).

As reflexões de modelos e paradigmas, referentes ao combate a descriminalização social, ao povo negro, favelado e ao preconceito linguístico, a uma fatia populacional, que sobrevive invisivelmente, luta para resistir e mudar seu cenário atual, permitindo que esses avanços cheguem às futuras gerações nascidas naquela comunidade.

As perspectivas defendidas por Simmel (1998), fala da pobreza ingênua ou pobreza extrema, sendo identificada pela abordagem de “linha de pobreza”, definida a partir de uma determinada renda com o qual as pessoas são consideradas pobres. Onde o conceito de pobreza como privação de capacidades, é o elemento principal desta teoria e é a chamada de não habilidade ou incapacidade do ser humano de realizar-se.

Este ponto é central, posto que, se é a reprodução de um “habitus precário” a causa última da inadaptação e marginalização desses grupos, não é “meramente a cor da pele”, como certas tendências empiricistas acerca da desigualdade brasileira tendem, hoje, a interpretar. (SOUZA, 2003, p.159)

4. INVIABILIDADE DE DIREITOS: POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS

A luta territorial, os movimentos sociais e as ausências provenientes do poder público agravam a fragmentação das políticas públicas, sociais e das políticas de saúde. Desde 2010 que a PCR e a Secretaria de Saúde, não viabilizam melhorias para a utilização do posto de saúde da família na comunidade, posto que foi inserido em 2010.

A inviabilidade na mobilidade urbana vivenciada pelos moradores/as da comunidade, demonstra um impacto que viabiliza a quebra de direitos no acesso a segurança pública e no acesso a saúde pública, conforme a concessão ao acesso à saúde universal, na lei que o regulamenta nº 8.080/90 de 19 de setembro de 1990 e art. 6º da CF de 1988, este direito é retirado na prática.

Os moradores/as da comunidade precisam deslocar-se por 10 km até a UPA mais próxima ou uma Upinha se for para atendimento infantil, isso quando existe um atendimento especializado na localidade, pois muitas vezes eles deparam-se com a lotação no atendimento do SUS, com o cansaço dos profissionais de saúde que dobram seus plantões, a falta de maquinário hospitalar e de medicamentos para a população carente.

Tudo isso transcorre sobre uma contradição social, já mencionada neste artigo, onde a comunidade vive em meio a desigualdade e discriminação social e econômica, por terem um polo médico especializado e tido como referência no Estado em sua proximidade, porém sem terem direito ao acesso a estes, pois são destinados a população integrante da classe média e média alta, em destaque a todos aqueles que possuem plano de saúde ou podem pagar pelo atendimento privado.

A sociedade com isto, possibilita a interpretação da comercialização da saúde e a naturalização da exclusão social, destinada à população em vulnerabilidade social e econômica.

O recorte social feito por Jessé Souza em “A Elite do atraso: da Escravidão a Bolsonaro”, deixa bem claro o cenário social que enfatiza a quebra de direito, aceitação da exclusão e invisibilidade da pobreza.

5. QUESTÃO TERRITORIAL: LEI FEDERAL Nº 13.465/2017 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E RURAL

Após o protocolo ser registrado na PCR, na tentativa de suspender legalmente as remoções, até a presente data nada foi concretizado em favor dos moradores/as da comunidade Caranguejo Tabaiães, que desde 2019, o processo de retirada da comunidade é feito de maneira lenta, porém ordenada. A Lei Usucapião é uma das formas de concretizar a regularização fundiária.

Com base nesta Lei Federal, o seu conceito estabelece que formas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais se unem para proporcionar a regularização de assentamentos irregulares e a titulação de seus ocupantes, fornecendo garantias do direito social à moradia.

Embora, tanto a Lei usucapião e a Lei de regularização fundiária e rural tenham o mesmo objetivo legal, elas possuem tempo, procedimentos e diferenças específicas. Não é o objetivo deste artigo enfatizar estas diferenças, mas, tentar entender o que impossibilita suas aplicações legais em uma comunidade carente e com base histórica em Recife desde 1910?

A comunidade Caranguejo Tabaiães luta não apenas pelo direito legal de assegurar os assentamentos, mas, também por melhores condições de moradia, saneamento básico e segurança pública. Assim como, acontece com outras comunidades pertencentes às periferias de Recife, pelo direito na prática do que é garantido na Lei em seu Artigo 6º dos direitos sociais da Constituição Federal de 1988.

A vulnerabilidade social assola a sociedade desde sua formação sociológica e humana, onde faz articulação com a desigualdade e com a pobreza. Neste sentido, veremos que o conceito de desigualdade social, inclusão, exclusão e vulnerabilidade perpassam a realidade do capitalismo tardio (NETTO, 2011).

O conceito de vulnerabilidade social é multifacetado e perpassa, indivíduos, famílias e comunidades. É um conceito que articula com a fragilidade socioeconômica, integrante de uma das expressões da questão social, dialogando diretamente com as violações de direitos sociais e civis, ligado ao declínio de bem-estar e privação material.

O capitalismo se utiliza das necessidades da sociedade para usufruir de mecanismos e utopias para encobrir a real situação, refletida na vulnerabilidade social, maximizando o seu estado de empobrecimento, o qual gera automaticamente a desigualdade social vista na sociedade.

A articulação à Política Pública de Assistência Social, visa à garantia dos Direitos aos indivíduos, às famílias, aos grupos sociais, familiares e comunitários, fazendo a inserção nos programas, serviços e benefícios de proteção social.

O arquiteto e urbanista Luan Melo explica que atualmente o terreno da Fermentação está sendo questionado na Justiça quanto aos seus limites: o que é da União e o que seria do grupo de médicos. Essa disputa também tem inviabilizado que os recursos do Governo Federal, do programa Minha Casa Minha Vida, sejam liberados pela Caixa Econômica. Para o banco, só é possível liberar a verba com a titularidade efetivada. Por isso é importante que o prefeito Geraldo Júlio diga que o terreno é de interesse da comunidade e que a prefeitura vai priorizar a construção do habitacional. (Diário de Pernambuco/Online, 2019)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo não possui nenhuma intenção em promover soluções, mas, consiste em gerar o diálogo sobre os impactos da exclusão social nas comunidades periféricas, e neste artigo a comunidade Caranguejo Tabaires foi o objeto de estudo sobre as tensões provocadas na questão social refletindo sobre a questão urbanística e estrutural da cidade do Recife, onde a invisibilidade contida na pobreza é destaque nas comunidades mais carentes e periferias.

O objetivo é gerar uma discussão, uma atitude crítica da sociedade e os questionamento sobre os problemas sociais em articulação com a atuação do profissional assistente social nos espaços sociais e em trabalhos com comunidades, construindo com esta experiência real, conceitos de cidadania com dimensão da compreensão e aplicabilidade da subcidadania, construída através de da desigualdade social em avanço histórico em nosso Estado, desde as remanências do período da escravidão, que na contemporaneidade é naturalizado sem questionamentos.

A questão social é fundante do Serviço Social, é o eixo articulador da formação profissional, não pode ser concebida somente a partir das suas manifestações objetivas.

Se assim o fosse, os conteúdos da formação em Serviço Social não passariam de uma sintaxe empírica dos indicadores das expressões da desigualdade material, cultural e social. A política social vem para viabilizar a intervenção da questão social, visto que não existe política social sem a presença da atuação do Estado.

Onde esta política é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, que influenciam a melhoria de vida dos cidadãos. A política Social é um instrumento de realização dos direitos sociais, que constituem um conjunto de princípios, diretrizes e normas que assumem a forma de benefícios, serviços e programas voltados para atender as necessidades básicas de uma coletividade, a sociedade.

Além disso, mostrar uma atitude social resiliente cresce e se mantém através dos movimentos sociais, mostra a maior característica desta comunidade, a luta pela equidade social, a manutenção e inserção da cultura, através das parcerias com ONGs e a atitude da população integrante da comunidade contra a desigualdade e exclusão social, que são fatores presente na vida das adolescentes, idosas e jovens da comunidade, principalmente os de origem afrodescendentes.

O caráter necessário e “racionalizador”, das práticas subsidiárias desenvolvidas pelo Serviço Social deriva, em parte substantiva, do conteúdo de classe – dos interesses das classes dominantes embutidos nas políticas sociais do Estado – que preside e determina a ação das instituições assistenciais. (IAMANOTO e CARVALHO, 2005 Págs. 312-313)

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Anna Karina Borges de Sá; Werther Lima Ferraz de. Artigo - O Parque Capibaribe no Recife: Uma Análise entre Vulnerabilidade Social e Integração Socioespacial dos Espaços Públicos Verdes nas Margens do Rio. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais; Recife; V. 7; Nº 2, BRASIL. 2018. ISSN 2238-8052; Págs. 163-185; Site Google Acadêmico. Disponível: <https://scholar.google.com.br/scholar?as_ylo=2019&q=a+comunidade+caranguejo+tabaiars+como+zona+zeis&hl=pt-BR&as_sdt=0,5>; Data: 26/09/2019; Acesso: 00h18min;
- Assistência Social e Projetos em Andamento na Comunidade. Grupo Adolescer. Disponível: <<http://www.adolescer.org.br/onde-atuamos/caranguejo/>> Data: 26/09/2019. Acesso: 16h04min;
- Biblioteca Comunitária de Caranguejo Tabaiars. Panorama Cultural Disponível: <<http://panoramacultural.com.br/biblioteca-comunitaria-caranguejo-tabaiars/>>Data: 26/09/2019. Acesso: 15h59min;
- BRASIL, Lei de Regulamentação do SUS/LOAS. Lei 8.080/90 de 19 de setembro de 1990. Disponível: <www.portaleducacao.com.br> Data: 24/10/2019. Acesso: 12h37min;
- _____, Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Lei 8.662/93 de 07 de junho de 1993. Disponível: <www.cfess.org.br> Data: 24/10/2019. Acesso: 14h49min;
- Cronologia do Pensamento Urbanístico. Desenvolvimento do PREZEIS. Site; BRASIL; 2019; Disponível: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1428>>; Data: 26/09/2019; Acesso: 01h22min;
- Comunidade do Caranguejo recebe nova Unidade de Saúde da Família. Site da Prefeitura da Cidade do Recife. Dados 2010. Disponível: <http://www.recife.pe.gov.br/2010/09/28/comunidade_do_caranguejo_recebe_nova_unidade_de_saude_da_familia_173677.php>Data: 26/09/2019. Acesso: 17h56min;
- Dados Habitacionais: Canal do Prado. Comunidade de Caranguejo Tabaiars. Diário de Pernambuco On Line. Disponível: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/08/caranguejo-tabaiars-e-a-luta-por-regularizacao-fundiaria-e-moradia-di.html>>Data: 26/09/2019. Acesso: 17h10min;
- Declaração Universal dos Direitos Humanos em PDF; 2018; 5 P. Disponível: <http://www.mp.go.gov.br/porta/web/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf> Acesso em: 03/05/2019;

Diário de Pernambuco/Online; Habitação Popular – Caranguejo Tabaiães e a Luta por Regularização Fundiária e Moradia digna; 2019; Disponível:<
<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/08/caranguejo-tabaiães-e-a-luta-por-regularizacao-fundiaria-e-moradia-di.html> > Acesso 03/05/2019;

Grupo Adolescer; Localização e história da comunidade Caranguejo Tabaiães; BRASIL. 2019: Disponível:<<http://www.adolescer.org.br/onde-atuamos/caranguejo/>>; Data: 25/09/2019; Acesso: 19h47min;

GONÇALVES, Rosineide Maria. Gestão Compartilhada da Política no Enfrentamento da Pobreza – O Caso Caranguejo Tabaiães. 2011. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social). UFPE/ CCSA; Recife;

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico- Metodológica. 17ª Edição. Págs. 312-313. São Paulo: Ed. Cortez, 2005;

Prefeitura Municipal do Recife. Divisão Política Administrativa - RPAs; Referência 2019; RPA 4; Disponível:<<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/sobre-rpa-4?op=ODU=>>>; Data: 26/09/2019; Acesso: 06h41min. e RPA 5; Disponível: <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/sobre-rpa-5?op=NTI4Mg==>>

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 8ª Ed. Cortez: São Paulo, 2011;

SOUZA, Jessé. A Construção Social da Subcidadania: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica. Editora UFMG. Belo Horizonte. Pág. 159.2003;

SIMMEL, Georg; *Les Pauvres. Paris. Presses Universitaires de France.* 1998.